



SR/PF/SP
Fl: 72
Rub: 5

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO
/SR/PF/SP

TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL DE EXPULSÃO (EXPULSANDO(A) EM LOCAL INCERTO E IGNORADO)

São Paulo/SP, 12 de junho de 2019.

O Delegado de Polícia Federal RICARDO CARRIEL DE OLIVEIRA, Delegado de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula nº 9.677, lotado na DELEMIG/DREX/SR/PF/SP, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**, nos termos do artigo 54, § 1º, inciso II da Lei nº 13.445/2017, e artigos 195, §4º, I, e 197, parágrafo único, bem como artigo 199, parágrafo único, todos do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamentou a Lei de Migração, a **BRAYAN STIVEN MUNEVAR VARGAS**, sexo masculino, nacionalidade colombiana, filho(a) de Willian Mauricio Munevar Sarria e Diana Patricia Vargas Espejo, nascido(a) aos 18/03/1983, atualmente em local incerto e não sabido, QUE, com fundamento no artigo 54, § 1º, inciso II da Lei nº 13.445/2017, e artigos 195, §4º, I, e 197, § único, bem como artigo 199, § único, todos do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, **FOI INSTAURADO** em seu desfavor o Inquérito Policial de Expulsão nº **437/2019**, em trâmite perante esta Delegacia de Imigração da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo, localizada na R. Hugo D'Antola, 95, 4º andar, Sala 421, Lapa de Baixo, São Paulo/SP, em virtude da existência de sentença penal condenatória proferida pela Justiça Pública em seu desfavor. Através do presente fica o(a) estrangeiro(a) cientificado(a) que em virtude de remanescer ignorado o seu paradeiro no território brasileiro, é lavrada a presente notificação, sendo designada, desde já, no dia **10/07/2019**, às **10h**, para realização de seu Auto de Qualificação e Interrogatório no interesse do Inquérito de Expulsão supradito, devendo apresentar-se no dia e horário aprezados no endereço acima referido sob pena de revelia. Frustrado o seu comparecimento, fica o(a) expulsando(a) também cientificado(a) de que na ausência de indicação de advogado privado de sua livre escolha, e apresentação da correspondente defesa técnica escrita no prazo legal de 10 (dez) dias, será o presente feito submetido à atuação da Defensoria Pública da União para prestar-lhe assistência jurídica gratuita, a quem incumbirá a apresentação da correspondente defesa técnica escrita no bojo do respectivo feito, servindo a publicação da presente notificação como válida para todos os atos do procedimento em curso. Lavrado aos 12/06/2019, vai devidamente assinado pela autoridade policial e por mim, FABIO ALEXANDRE CORREA FONSECA, Escrivão de Polícia Federal, 2ª Classe, Matrícula nº 19.232, que o lavrei.

AUTORIDADE: _____

ESCRIVÃO: _____